



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da 20ª Reunião Extraordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente – Consema de 04 de maio de 1993.

Realizou-se no dia 4 de maio de 1993, na Secretaria do Meio Ambiente, na rua Tabapuã, 81, 1º andar, a 20ª Reunião Extraordinária do Consema, da qual participaram os seguintes conselheiros: Dr. Édís Milaré, Presidente do Consema, **Boris Sapojkin Rossine Gleb, José Alberto Siepierski, Luiz Fernando Galli, José Flávio M. Bezerra, Júlio Petenucci, Francisco Stella Jr., Sérgio Henrique Dimitruk, Marcos M. Paulino, Celina Foresti, Otaviano Arruda Campos Nêto, Caio Roberto G. da Silva, Lúcia Osório Nogueira, Edson Francisco Furtado, Pedro Eduardo de Mello Teixeira, Paulo Tadeu Banzato, Eleonora Portella Arrizabalaga, Dalmo José Rosalém, Condesmar Fernandes de Oliveira, Alcinei Cardoso Rodrigues, Roberto Saruê, Maria Helena Orth, Cláudio Bueno Costa, Marcos José Carrilho, Mário César Mantovani, Arlindo Philippi Jr. e Benedito Moraes Navarro.** Não compareceram a esta reunião os representantes das Secretarias da Educação, Habitação e Relações do Trabalho, da Universidade de São Paulo, da Associação Paulista dos Municípios, da Universidade Estadual de Campinas, da Associação Paulista dos Municípios, do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo, da Sociedade Brasileira para o Progresso das Ciências, do Sindicato dos Trabalhadores Urbanos e da entidade ambientalista Movimento em Defesa de Ubatuba. Dando início aos trabalhos, o Secretário Executivo deu conhecimento aos conselheiros do fax através do qual representante da Secretaria da Educação, Senhor Júlio Camargo Artigas, informa os motivos pelos quais se encontra impossibilitado de participar dos trabalhos que ora se realizam, e, a seguir, leu a pauta da reunião: 1. Convocação de Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Duplicação da Rodovia Fernão Dias, BR/381", e 2. Sistema operacional da Represa Billings: condicionantes e efeitos. Em seguida, saudou a todos os prefeitos na pessoa do Dr. José Oswaldo Passarelli, Prefeito do Município de Guarulhos, convidando-o, como também o Deputado Ricardo Trípoli, a fazerem parte da Mesa. Solicitou também que o Engenheiro Luiz Fernando Galli, representante da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente, justificasse o pedido de audiência pública feito por esse órgão. Inicialmente este conselheiro ofereceu informações sobre a situação do EIA/RIMA do empreendimento "Duplicação da Rodovia Fernão Dias, BR/381", e, em seguida, formulou, em nome da SMA, o pedido de audiência pública sobre esse Estudo sem que fossem rigorosamente obedecidos os prazos determinados pelo Regimento Interno para realização desse procedimento. Afirmou, em seguida, possuir esse empreendimento viabilidade ambiental, o que já foi comprovado pela análise até agora elaborada pela equipe técnica de sua Coordenadoria, e de haver necessidade, para sua execução, de financiamento, sendo este o motivo que leva a SMA a solicitar alteração dos prazo, dado que, no próximo mês de junho, se encerra o período para concessão de empréstimo pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento BID. Justificando ainda essa solicitação, argumentou terem se realizado acordos entre os órgãos ambientais dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais visando à conservação e a fiscalização da APA Federal da Serra da Mantiqueira Oferecidas essas explicações e depois de o Secretário Executivo haver informado que se iniciava a etapa de discussão dessa proposta, o conselheiro Condesmar Fernandes de Oliveira fez a seguinte ponderação: ser a quarta ou quinta vez que não se cumprem os prazos regimentais para a realização de Audiência Pública, procedimento este que, ao inviabilizar a articulação entre as representações da sociedade civil, impossibilita que a discussão que ocorre por ocasião da Audiência Pública colha elementos suficientes para ampliar a análise do Estudo. Fundamentou esse ponto de vista usando como



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

argumento a reunião que se desenvolvia contando apenas com o quorum – limite, em virtude de sua convocação ter sido feita em cima da hora. O Secretário Executivo, depois de explicar que o Regimento Interno prevê a realização de reuniões extraordinárias cujo prazo de convocação é 48 horas, encaminhou para a votação a proposta formulada pelo representante da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da SMA, a qual, tendo sido aprovada por unanimidade, resultou na seguinte decisão: “Deliberação Consema 12/93, de 05 de maio de 1993. 20ª Reunião Extraordinária do Consema. O Conselho Estadual do Meio Ambiente, em sua 20ª Reunião Extraordinária, resolveu suspender, no caso do EIA/RIMA do empreendimento “Duplicação da Rodovia Fernão Dias, BR/381”, de responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem da Secretaria dos Transportes, a exigência regimental de vinte dias úteis entre a convocação e a realização de Audiência Pública e resolveu marcá-la para o dia 12 de maio de 1993, às 19 horas, no auditório do Departamento de Estradas de Rodagem, na Avenida do Estado, 777, 4º andar, sala 400, na cidade de São Paulo”. Passou-se, então, para o segundo ponto da pauta: a discussão do sistema operacional da Represa Billings, seus condicionantes e efeitos, tendo o Secretário Executivo informado estarem autorizados a falar o Engenheiro Miguel Couto Vasconcellos, em nome da Eletropaulo, Dr. Vicente Vilani, em nome da FIESP/CIESP, Engenheiros Flávio Bezerra, Fernando de Castro, Milo Guazelli e José Celos Derisio, em nome da Cetesb, Engenheiro Jorge Simão Júnior, em nome do DAEE, convidando, em seguida, o Engenheiro Miguel Vasconcellos para oferecer informações sobre essa questão, do ponto de vista da Eletropaulo. Depois de oferecer um breve histórico sobre o desvio Tietê – Billings que, segundo ele, surgiu após a concessão dada para a construção da usina Henry Borden, desvio este que se prestou a diversos usos, inclusive ao de diluição, levando o sistema a absorver o choque causado pelos efluentes não tratados, o qual veio a se tornar em um dos problemas preponderantes do sistema hídricos da região Metropolitana de São Paulo na década de 70, relatou quais as atividades que passaram a ser incorporadas, a partir dessa década, e os procedimentos envolvidos para o cumprimento de cada uma delas. Explicou como o controle do impacto causado pela diluição dos efluentes vem afetando nos últimos sete meses, apresentando uma transparência da qual foram solicitadas cópias pelos conselheiros que continha, entre outros, dados relativos ao percentual da vazão disponível em cada mês, ao que foi efetivamente bombeado nos quarenta e seis episódios de bombeamento ocorrido e aos índices de descargas médias anuais da Henry Borden. Em seguida, respondendo à questão colocada pelo representante de entidade ambientalista Roberto Saruê, argumentou serem os custos financeiros do sistema sustentados pela produção de energia e que, se essa possibilidade for suprimida, um outro suporte deverá ser encontrado. Oferecidos esses esclarecimentos, foi a vez de o conselheiro Condesmar Fernandes de Oliveira pedir esclarecimentos tanto ao representante da Eletropaulo como da Cetesb. Perguntou ao primeiro qual a quantidade exata de energia produzida pela Usina Henry Borden e, ao segundo, qual a metodologia empregada na análise dos impactos, e, por fim, pediu ao Presidente da Mesa permissão para que os representantes de entidades ambientalistas presentes se pronunciassem. Respondendo ao que lhe havia sido perguntado, o Engenheiro Miguel Vasconcellos ofereceu as seguintes informações: que a energia produzida pela Henry Borden representa entre 8 e 10% daquela que o Estado de São Paulo precisa, embora seja importantes considerar que, do ponto de vista energético, este Estado já não mais possui autonomia, pois o sistema de suprimento já não funciona de forma pontual, mas se encontra interregionalmente interligado; que, se de fato vier a ocorrer a desativação dessa usina, deixará de existir energia secundária e haverá o risco de Ter de ser assinado um contrato de suprimento a longo prazo, o que concorrerá para que o aspecto mercadológico mude inevitavelmente



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

de figura. Já o Engenheiro Milo Guazelli, por sua vez, forneceu os seguintes esclarecimentos: Ter a Cetesb planejado dois tipos de programas, o SOS Billings e um outro para o Médio Tietê; para o primeiro, explicou, por se tratar de um programa complexo, foram estabelecidos nove pontos de monitoramento, cujo objetivo era verificar a ocorrência de mudanças operacionais; para o segundo, cinco pontos de amostragem foram determinados, tendo-se verificado que, em relação a alguns parâmetros, os valores detectados mantiveram-se no patamar anterior ao da mudança das regras de operação, e que, em, em relação a outros critérios, como os relativos ao aporte de nutrientes carregados para o Rio Tietê, esses valores se encontravam substancialmente alterados. E, como o conselheiro Condesmar Fernandes de Oliveira reiterasse o pedido de que fosse explicada, com detalhes, a metodologia empregada pela Cetesb para analisar a melhoria provocada pela paralisação do bombeamento como também que fosse informado se esse órgão produziu ou não algum estudo sobre a intrusão da cunha Salina, o Engenheiro Fernando de Castro, depois de reiterar a impossibilidade de serem oferecidos dados estatísticos acerca da melhoria ultimamente verificada, informou ter essa empresa realizado em 1993, um relatório sobre o fenômeno da intrusão da cunha salina, mas que, em virtude de sua complexidade, tornava-se difícil reproduzir, de forma sucinta, os resultados conclusivos a que chegou esse estudo. Depois de Ter sido informado ao Engenheiro Luiz Fernando Galli que a turbinagem de água na Henry Borden pouco interfere na diminuição dos efeitos provocados pelo fenômeno da intrusão da cunha salina, o Engenheiro Fernando Castro esclareceu quais os fatores que o influenciam, citando, entre outros, a ocorrência dos vários tipos de maré. Respondendo as questões formuladas pela representante da Fiesp, Maria Helena Orth, se as vazões atendem efetivamente às precisões da Henry Borden para a geração de energia e qual a média de turbinagem necessária para que essa usina seja produtiva, o representante da Eletropaulo informou ser 50 metros cúbicos por segundo, tecendo, em seguida, considerações sobre a interrelação existente entre a relação custo – benefício do sistema gerador de energia e as questões ambientais, chegando a comentar Ter a redução da turbinagem recentemente implementada pela Henry Borden provocado um prejuízo da ordem de 7 milhões de dólares para a Eletropaulo, embora acredite, enquanto técnico, ser preferível para a empresa suportar essas perdas do que comprar energia a preços mais altos. Acrescentou, a seguir, que, segundo o centro de sua empresa que estuda a política energética do país, esta não sofrerá prejuízo financeiro se mantiver a Usina Henry Borden em sua capacidade de projeto por um determinado período. Entretanto, argumentou, caso essa situação venha a se perenizar, do ponto de vista econômico este empreendimento não será mais atrativo. Oferecidos esses esclarecimentos, o Secretário Executivo convidou o representante da Fiesp, Dr. Vicente Vilani, a fazer sua exposição, e este, enquanto apresentava alguns eslaides produzidos por ocasião da elaboração de um trabalho realizado pelo CIESP de Cubatão, oferecia algumas informações sobre a história do pólo industrial aí localizado e de suas necessidades hídricas. Ou seja, sobre os motivos que determinaram a escolha desse município para a instalação das indústrias: a existência de água doce em abundância, razão pela qual todos os seus equipamentos são adequados para o uso desse tipo de recurso, e a proximidade do mercado consumidor da Grande São Paulo, o que representava uma demanda para os seus produtos. Acrescentou que é também de água doce que a Henry Borden necessita para gerar energia para a Baixada Santista e a Grande São Paulo; entretanto, se ocorrer estiagem em Cubatão, explicou, a água aí disponível será insuficiente para atender tanto as necessidades do pólo industrial quanto as de abastecimento, e, o que é pior, provavelmente ocorrerá redução no turbinamento, permitindo a intrusão da cunha salina e, conseqüentemente, elevando o índice da salinidade das águas de Cubatão, que normalmente é de 35/40 ppm para níveis bem mais



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

altos cerca de 9.800 ppm, o que inviabilizará o funcionamento das indústrias. Respondendo à questão que lhe havia sido perguntada sobre a viabilidade econômica da instalação de uma nova unidade em Cubatão, o representante da Eletropaulo, Engenheiro Miguel Couto Vasconcellos, emitiu um ponto de vista desfavorável, justificando seu posicionamento no alto custo que esse empreendimento acarretaria, o qual, segundo ele, equivaleria ao da despoluição do Rio Tietê. Chamou atenção mais uma vez para as decorrências do fenômeno de salinização das águas a intensificação do processo de assoreamento dos rios, o aumento da temperatura das águas e alteração no funcionamento das bombas, que passam a captar mais ar do que água, explicando ser seu propósito, ao dar esse alerta, apontar para a necessidade de se adotarem, com urgência, medidas preventivas, entre elas, a construção de uma adutora. Em seguida foi a vez de os representantes da Sabesp e da Cetesb oferecerem esclarecimentos. O primeiro, respondendo à questão formulada pelo conselheiro Francisco de Assis Stella sobre a quantidade de água retirada para o consumo no Rio Cubatão, esclareceu ser a situação existente hoje que determina o nível de captação, embora, normalmente, sejam retiradas cerca de dois mil metros cúbicos por segundo, quantidades esta insuficiente ainda para atender a demanda da Baixada Santista, motivo pelo qual acredita na necessidade de serem instaladas outras formas de captação. O segundo, oferecendo os esclarecimentos solicitados pelo conselheiro Boris Sapojkin Gleb no que diz respeito à influência exercida pelo Canal de Piaçagüera na intrusão da cunha salina, informou tratar-se de um canal de acesso, com ligação direta com o Rio Cubatão, o qual, em virtude da inversão de fluxo, passa a ser uma continuidade do conduto de captação da Cosipa. Depois de constatar não haver mais nenhum pedido de esclarecimento, o Secretário Executivo informou que se iniciaria a etapa em que se manifestariam os prefeitos e parlamentares presentes e os representantes das organizações da sociedade civil. O primeiro a falar foi o Prefeito de Cubatão, Dr. José Oswaldo Passarelli, que, embora inicialmente tenha-se declarado preocupado com a necessidade de preservação do meio ambiente, deu ênfase, em seu pronunciamento, às conseqüências que não bombeamento para a Henry Borden pode trazer para a Baixada Santista, principalmente para o Município de Cubatão, que precisa, para sua viabilidade econômica-social-financeira, dessa água doce. E, depois de referir-se à grande preocupação do Governo em despoluir as águas do Estado, as quais, além de abastecerem as tomadas, retornam para as praias da Baixada Santista, declarou-se disposto a participar do processo de despoluição da Represa Billings, dada a grande importância da água doce. Em seguida, manifestaram-se os representantes das organizações da sociedade civil, cujo pronunciamento apontou para os seguintes aspectos: a importância da atitude do Dr. Oswaldo Passarelli em participar desta reunião com o propósito de defender aquilo que julga ser do interesse do Município de Cubatão e o descaso dos prefeitos dos municípios do Médio Tietê, cuja ausência revela um não envolvimento com os destinos da sua região; a necessidade de os conselheiros deste órgão, a partir do critério de que as indústrias não devem sobreviver às custas do manancial e da população que dele depende, observarem o que se encontra relatado nas atas do Comitê Executivo dos Recursos Hídricos sobre os pronunciamentos do membro da Fiesp nesse fórum, cujo pontos de vista foram ratificados hoje no conselho pela sua representante, pronunciamentos estes que defendem a manutenção do favorecimento das indústrias, dada à necessidade de os municípios do grande ABCD, tanto quanto Cubatão, continuarem perseguindo seu processo de desenvolvimento; a necessidade de se ter presente a possibilidade de as indústrias continuarem gerando recursos sem prejudicar a população, o que neste caso implicaria na não retomada do bombeamento com o objetivo de se conservarem as condições de sobrevivência das famílias cuja fonte de renda é a pesca na Represa Billings; a necessidade de o Governo do Estado



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

aparelhar a Polícia Florestal com o intuito de que seja respeitada a Constituição. Seguindo esta manifestação, ocorreram os pronunciamentos dos deputados Ivan Valente e Ricardo Tripoli. O primeiro abordou as seguintes questões: o fato de sua presença nesta reunião Ter a finalidade de discutir os problemas acarretados pela diminuição do volume de água da Represa Billings, uma vez que eles têm constituído um forte motivo para que alguns poucos setores da sociedade chamem pela volta do bombeamento, apesar de o momento de hoje não ser de pico industrial, e, sim, de recessão; o seu reconhecimento de que a Resolução conjunta SES/SMA 003/92, apesar de constituir uma solução negociada, resulta da vontade política de adequar os problemas advindos da adoção, por algumas décadas, de uma política ambiental predatória; a urgência de se analisarem detalhadamente as questões hoje discutidas neste Conselho, principalmente as que dizem respeito à matriz energética, que, apesar de ter sido recentemente discutida na Assembléia dos Deputados, o Governo do Estado não possui ainda, em relação a ela, uma política clara; a necessidade de as indústrias encontrarem outras saídas, como a reuso da água por exemplo; para solucionar os inconvenientes acarretados pela intrusão da cunha salina. Em seguida o Deputado Ricardo Tripoli, depois de manifestar sua preocupação com os acordos estabelecidos entre a classe empresarial e o Governo em relação às propostas existentes para o Rio Tietê, afirmou reconhecer, pelas discussões travadas durante esta reunião, que apenas seis empresas estão interessadas em alterar, a medidas recentemente adotadas para utilização da água da Represa Billings, embora não tenham apresentado nenhuma proposta neste sentido. Respondendo às questões colocadas pelos representantes das prefeituras dos municípios de São Bernardo, Santo André e Diadema, os quais, antes de formulá-las, haviam-se posicionando contrariamente ao retorno do bombeamento para esse reservatório, o representante da Eletropaulo apresentou uma transparência contendo uma série de informações sobre o Comitê Especial da Bacia do Alto Tietê, entre as quais a sua composição e a do Comitê Executivo Superior. Informou, a seguir, que, a pedido das indústrias, haviam sido feitas simulações para verificar o possível comportamento do reservatório cujo armazenamento atual corresponde a apenas 40% da sua capacidade caso a situação persista e venha a ocorrer, em outubro próximo, uma dramática redução do seu conteúdo, o que inevitavelmente provocará a retomada das operações de bombeamento. Quanto ao controle da poluição da Bacia do Piracicaba, o representante da Cetesb elencou uma série de dados que se referiam às águas, assinalando a ocorrência de uma mudança em sua qualidade, enquanto o do DAEE, por sua vez, apresentou uma transparência que identificava os principais risco existentes na região de Cubatão, o número é o tipo das indústrias que aí se localizam e a quantidade de água consumida tanto por esse complexo industrial como pela Sabesp, que é 20.76 metros cúbicos. Além dessas, ofereceu ainda as seguintes informações: 1. Que a disponibilidade dos rios Cubatão, Perequê, Piaçagüera, Mogi e Quilombo permite que deles sejam retirados, em média, 23.85 metros cúbicos de água por segundo; 2. Que a localização das indústrias ao longo desses diversos cursos da água, sua alta declividade, vazão muito baixa nas cheias e muito alta nos demais período tornam inexecutíveis a construção de um único barramento, em virtude da grande altura que seria necessária; 3. Que a instalação de diversos barramentos em mais de algum rio, de forma isolada, inviabilizaria o atendimento das demandas; 4. E, por último, que o Governo do Estado, através do DAEE, está em vias de assinar um Plano Diretor, para cuja elaboração serão consultadas várias entidades e segmentos da sociedade civil, inclusive o Consema, plano este que se constituirá em um fórum de discussão técnicas. O representante da Sabesp, por sua vez, ofereceu uma série de informações: 1. Que, na barragem com enrocamento de pedra, situada no cruzamento da Rodovia Anchieta com o Braço do Rio Grande e que constitui um sistema provisório de melhoramento da qualidade da água, a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Sabesp faz a captação desse recurso para distribuí-lo pelos municípios de São Bernardo do Campo, Cubatão e Santo André, através de uma tubulação que possui tomadas sucessivas; 2. Que este tipo de captação apresenta problemas quando se encontra baixo o nível da represa, pois, além de as bombas terem problemas na sucção, torna-se menos desejável a qualidade das águas; 3. que a ocorrência de um desnível significativo em, um dos lados dessa barragem colocará definitivamente em risco sua estrutura e equilíbrio, motivo porque se instalou nela um sifão para que adquira uma maior estabilidade. Em seguida, o conselheiro Mário Mantovani manifestou sua preocupação com a maneira como as discussões, que acompanha ao longo de sua estada no Consema, vêm-se desenvolvendo, pois têm-se transformado, com o acirramento dos ânimos, em uma luta da população do Interior do Estado contra a da Capital, tanto em virtude da inexistência de uma política governamental clara para este setor como do aspecto de se estar trabalhando em cima de fatos já consumados. Afirmou reconhecer com tristeza o esforço dos órgãos setoriais do Estado, dóceis e receptivos aos interesses dos lobbies, em justificar o atual status quo, ao invés de se preocuparem com a adoção de medidas estruturais, como o reuso da água por exemplo, capazes de equacionarem, com a efetiva participação da sociedade civil e das prefeituras municipais, os difíceis problemas existentes. Esta é a razão, reiterou, porque as organizações não governamentais continuam sem confiança no Poder Público, a ponto de darem a impressão de pretenderem inviabilizar o pólo industrial petroquímico de Cubatão. Entretanto não é esta a intenção dessas entidades, afirmou. E isso pode ser comprovado, acrescentou, pelo fato de algumas delas, juntamente com o Consema, terem organizado e realizado no mês de dezembro passado um seminário sobre a administração e o manejo dos recursos hídricos, cujas recomendações, pelo fato de objetivarem o estabelecimento de políticas e não apenas justificarem determinados interesses setoriais, até hoje não foram implementadas. A única medida efetivamente adotada pelo Governo do Estado acrescentou, foi a criação extemporânea da Secretaria dos Recursos Hídricos e desse comitê que não conta com a efetiva participação da sociedade civil. Comentou também que a atual pretensão do DAEE em elaborar um plano juntamente com a sociedade civil e as prefeituras municipais para equacionar as questões com que hoje se depara se deve à constatação de não existirem soluções simplistas para elas e de que se faz necessário, portanto, a criação de mecanismo e meios de ação participativos. E, a seguir, além de reconhecer serem viciados os pressupostos desse plano; em virtude de não possuir nenhuma criatividade e abordar de forma superficial questões ambientais importantes, comentou a seriedade e a abrangência de um plano elaborado anteriormente por esse órgão, do qual este em discussão não chega a constituir sequer um vestígio, aproveitando a oportunidade para solicitar que sejam enviadas aos conselheiros cópias daquele projeto, com o objetivo de que reconheçam quão iminentes eram; já naquela época, as questões ora discutidas. Depois de informar que o órgão que representa realizará brevemente um seminário, no qual todas as entidades da sociedade civil terão efetiva participação, e de manifestar sua concordância com o posicionamento do conselheiro Mário Mantovani no que diz respeito à enorme frustração que significa investir em planos que sequer chegam a produzir um único relatório, o representante do DAEE reiterou seu desejo de que este plano atual, depois de suficientemente discutido, seja encaminhado à Assembleia Legislativa e se transforme em lei. Feito este pronunciamento, a representante da FIESP declarou respeitar o conselheiro Mário Mantovani como técnico e ter certeza de que ele reconhece que um plano de reuso da água exige que se realize um levantamento rigoroso nas indústrias, uma vez que elas não têm ainda, à disposição, os dados que a implantação desse mecanismo de recirculação da água exige para se evitar o desperdício. Afirmou ainda que algumas indústrias de Cubatão dele já lançam mão e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

fazem a recirculação, em média, de 20% da água, e que a Cosipa reutiliza aproximadamente 70% desse recurso. Declarou também que as indústrias não reivindicam que o Estado pague sua conta e nem se encontram representadas neste conselho para fazer este pleito. O problema que elas reconhecem como nuclear é o do não tratamento dos esgotos; este, do ponto de vista das indústrias, é o grande problema da Represa Billings, acrescentando ser o grande desejo destas conhecer a visão que dele possui o governo. Pois, hoje, até por força da implementação de novas tarifas para carga orgânica, ponderou esta representante, as indústrias desejam que novas medidas sejam adotadas para o setor. Terminada esta intervenção, o conselheiro Mário Mantovani declarou ser justamente este problema que deseja ver discutido, pois entende que sobre ele o Governo não possui diretrizes claras. Acrescentou, ainda, que em relação ao Conselheiro da Guarapiranga, que faz parte de um projeto que dispões de recursos, até hoje o Governo sequer nomeou seus membros. E concluiu, reiterando desejar, de fato, saber os custos previstos para o reuso da água pelas indústrias. Em seguida depois de o conselheiro Condesmar Fernandes de Oliveira solicitar esclarecimentos ao representante da Cetesb (sobre a existência ou não nesse órgão de um estudo sobre a instrução da cunha salina, tendo pedido, no caso de sua existência, uma cópia para cada um dos conselheiros) e ao Prefeitos do Municípios de Cubatão (sobre as condições em que estão sendo instaladas as novas indústrias no complexo petroquímico daquele município), o porta-voz do DAEE, com o intuito de oferecer dados mais detalhados sobre a questão que se discutia, novamente interveio tecendo uma série de considerações sobre as hipóteses elaboradas com o intuito de barrar a instrução da cunha salina, as quais, segundo este representante, principalmente à que se refere à construção de um adutora, se implementadas, em período de estiagem não atenderiam à demanda, motivo pelo qual continuaria persistindo a necessidade de suplementação de água. O conselheiro Condesmar Fernandes de Oliveira enfatizou que mesmo atualmente já não existe possibilidade de se atender a demanda existente, e, a seguir, teceu comentários acerca da existência hoje de uma legislação a Lei nº 7663, que está sendo regulamentada que estabeleça o preço a ser pago pelo uso dos cursos de água, lembrando, ao concluir, que no seminário, cuja realização anteriormente foi referida nesta reunião, ocorreu uma recomendação ao Senhor Governador para que esta legislação seja implementada. Depois de o representante do DAEE informar que está sendo realizado o cadastramento necessário para a implementação desta lei, o conselheiro Condesmar Fernandes de Oliveira, em um breve intervenção afirmou ser a maior parte da captação de água para a Cosipa feita no Rio Quilombo, informação esta imediatamente negada pelo porta-voz do DAEE, esclareceu ser grande parte das necessidades dessa siderúrgica atendida pela captação realizada nos rios Piaçagüera, Mogi e Cubatão. Depois de o representante da Cetesb Ter-se comprometido em enviar o relatório solicitado pelo conselheiro Condesmar Fernandes de Oliveira., o Prefeito do Município de Cubatão afirmou, ao também oferecer esclarecimento a este conselheiro, que seu município vem defendendo a retomada do desenvolvimento, com a ampliação de seu parque industrial, posição esta que se fundamenta, sem dúvida alguma, na existência em abundância de água e energia. A representante da FIESP comentou, a seguir, a existência de um projeto de construção de uma adutora, e que infelizmente, tendo em vista as freqüentes mudanças de regras nesse campo, não foi implementado, pois o investimento de aproximadamente 35 milhões de dólares não poderia ser desperdiçado. Logo depois, o conselheiro Roberto Saruê teceu considerações sobre a situação hoje da Grande São Paulo, que se trata, aos seus olhos, de uma cidade doente, pois não dispõe de saneamento básico, fato este que, sem dúvida alguma, contribuí enormemente para o agravamento da Represa Billings. Reconheceu também terem sido discutidas nesta reunião questões importantíssimas para diversos setores da sociedade civil,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

opinando sobre a necessidade de o Consema encaminhar moções ao senhor Governador com o objetivo de ser amenizado este problema. E, ao concluir sua intervenção, solicitou que o representante da Eletropaulo expusesse a proposta que possui para solucionar este problema. Para atender este pedido, o representante da Eletropaulo reiterou os pontos de vista antes oferecidos sobre o preço da energia, a quantia gasta na manutenção do sistema, os investimentos necessários para o controle de cheia – aproximadamente 300 milhões de dólares, os custos feitos com a barragem Edgard de Souza cerca de 400 milhões de dólares e com o processo de desassoreamento do Rio Pinheiros, em torno de 500 milhões de dólares. A representante da Secretaria da Saúde interveio comentando sobre a necessidade de as discussões sobre recursos hídricos, e da Represa Billings especialmente, dada a sua importância, terem continuidade no interior de uma comissão que poderia ser criada neste momento. O representante da Secretaria de Energia e Saneamento, depois de louvar a atitude do Presidente do Consema por criar esta oportunidade de se discutirem e debaterem questões tão fundamentais como as que hoje foram apreciadas na reunião, reiterou a proposta que acabava de ser defendida pela conselheira Lúcia Osório. Isso porque considera ser o Consema o fórum de debates destas complexas e importantes questões que dizem respeito às indústrias, à Sabesp pela necessidade de suprir as demandas colocadas pela Usina Henry Borden e pelo abastecimento, à represa localizada na Rodovia Anchieta, em virtude do risco de desabamento existente, e, finalmente, à população que se localiza à jusante do Médio Tietê, em função da eventualidade de ser acometida pelas doenças que a emanção dos gases gerados pelas espumas pode provocar. E, ao finalizar, encaminhou uma proposta neste sentido, reiterando sua legitimidade por se tratar o Consema do único conselho estadual que não é “chapa branca”. O conselheiro Arlindo Philippi manifestou-se informando a inexistência de quórum para se deliberar nesta ocasião e apontando para a possibilidade de as decisões que porventura forem tomadas voltarem a ser apreciadas pelo Consema quando este novamente se reunir. O Secretário Executivo interveio informando sobre a existência de uma Comissão Especial que acompanha a implantação do Plano Diretor de Esgotos da RMSP e que rediscutiu e reelaborou também o Programa SOS Billings, submetido recentemente a este Plenário. Interveio novamente o conselheiro Arlindo Philippi argumentando que, em complementação à proposta de Dr. Júlio Petenucci, sugere que esta questão hoje discutida receba um tratamento diferenciado no interior da comissão já existente referida pelo Secretário Executivo. O conselheiro Condesmar Fernandes de Oliveira posicionou-se de forma contrária à apreciação da proposta de criação de uma comissão, em virtude da inexistência de quorum, e sugeriu que os dados produzidos sobre esta questão, durante a reunião de hoje, fossem encaminhados para comissão já existente e que acabava de ser referida. Esta proposta terminou sendo acatada por todos. O representante da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da SMA informou que no próximo dia 11 ocorrerá uma reunião dessa Comissão Especial que acompanha a implantação do Plano de Esgotos da RMSP e propôs que, até lá, todos os dados existentes sobre esta questão fossem encaminhados para que nesta oportunidade eles fossem detalhadamente discutidos e analisados. Interveio o conselheiro Arlindo Philippi sugerindo a formação, no interior dessa comissão, de um subgrupo para discutir os dados que serão encaminhados pelos órgãos a este respeito, e que, tal como ocorreu no processo do aprimoramento do Programa SOS Billings, esta subcomissão possa convidar, para oferecer subsídios, representantes de outros órgãos e até da comunidade envolvida. A idéia foi louvada e acatada. A representante do Ministério Público informou que estava encaminhando alguns documentos para que os conselheiros possam se posicionar a cerca ampliação do perímetro da APA Federal da Serra da Mantiqueira. O conselheiro Mário Mantovani teceu considerações sobre a necessidade de uma



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

discussão a cerca da implantação do empreendimento “Corredor Viário Sudoeste – Centro / Parque Ibirapuera” e sobre a proposta de um Aterro Sanitário e uma área da Vila Clementina que constitui reserva ambiental. O conselheiro Condesmar Fernandes de Oliveira propôs que sejam discutidas o mais breve possível, as questões referentes à modernização do Estado, para que suas despesas sejam previstas no orçamento de 1994, e sugeriu a realização de uma reunião urgente para discutir os problemas advindos pela propagação do vírus do cólera. A conselheira Lúcia Osório informou que existem comissões para debater este problema, formadas por representantes das diversas Secretarias de Estado e que por se encontrarem funcionando há mais de dois anos já avançaram muito nesta questão. O conselheiro Condesmar Fernandes de Oliveira propôs a criação de uma comissão, a despeito de todos os esforços até agora dispendidos, pois não acredita estar a sociedade civil informada o suficiente a cerca das nefastas consequências advindas da disseminação do vírus da cólera, mais sua proposta não conseguiu aprovação. O Presidente do Consema agradeceu o aval dado pelos conselheiros para realização da Audiência Pública sobre o empreendimento “Duplicação da Rodovia Fernão Dias, Br – 381” sem que sejam obedecidos os prazos determinados pelo Regimento Interno, e pelo envolvimento nas discussões, que se revelaram profícuas, sobre a questão dos recursos hídricos, em especial sobre a Represa Billings. E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos da presente reunião. Eu, Germano Seara Filho, lavrei e assino a presente ata.